

MICHELLE LESSARD-HÉBERT  
GABRIEL GOYETTE  
GÉRALD BOUTIN

*INVESTIGAÇÃO  
QUALITATIVA:  
FUNDAMENTOS  
E PRÁTICAS*



INSTITUTO  
PIAGET

Título original: *Recherche Qualitative: Fondements et Pratiques*

Autores: *Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin*

© *Éditions Agence d'ARC inc.*, 1990

Colecção: *Epistemologia e Sociedade*, sob a direcção de António Oliveira Cruz

Tradução: *Maria João Reis*

Capa: *Dorindo de Carvalho*

---

Direitos reservados para a língua portuguesa:

INSTITUTO PIAGET, Av. João Paulo II, Lote 544, 2.ª -- 1900 Lisboa

---

Paginação: Editipo, Lda.

Impressão e acabamento: Rolo & Filhos – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 972-9295-75-1

Depósito Legal: 80733/94

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia e escrita do editor.

# 1. QUESTÕES DE PARADIGMAS E DE LINGUAGENS

## 1.1. QUALITATIVO-QUANTITATIVO: DICOTOMIA OU CONTINUUM

Uma das maneiras de abordar o aspecto epistemológico das metodologias qualitativas consiste em examinar o modo como os investigadores se posicionam face ao tipo de relação que existe, ou poderia existir, entre metodologias «qualitativas» e metodologias «quantitativas». Podemos, para já, identificar duas posturas bastante diferentes: uma que toma o partido de uma distinção dicotómica e outra que opta pela tese de um continuum entre qualitativo e quantitativo. Examinemos estas duas tomadas de posição.

A expressão «metodologias qualitativas» abarca um conjunto de *abordagens* as quais, consoante os investigadores, tomam diferentes denominações. Frederick Erickson, no seu texto *Qualitative methods in research on teaching* (1986, p. 119), engloba, na expressão investigação *interpretativa*, um conjunto de abordagens diversas: observação participante, etnografia, estudo de casos, interaccionismo simbólico, fenomenologia ou, muito simplesmente, abordagem qualitativa.

Em primeiro lugar, Erickson justifica o recurso a esta expressão pela sua recusa em definir estas abordagens como essencialmente não quantitativas, uma vez que determinadas quantificações são também possíveis no âmbito destes procedimentos. Verificamos que Fernand Gauthier (1987, p. 32) partilha esta opinião quanto ao sentido do termo «qualitativo», quando confirma a necessidade de se recorrer de preferência a uma definição que ponha em evidência o significado dos dados do que a uma definição restrita e técnica «que implicaria um compromisso inabalável de não utilizar a quantificação».

Erickson utiliza, em seguida, a expressão «investigação interpretativa» essencialmente para sublinhar que a «família» das abordagens assim designadas partilha um interesse fulcral pelo significado conferido pelos «actores» às acções nas quais se empenharam. Este significado é o produto de um processo de interpretação que desempenha um papel-chave na vida social; é por este motivo que o autor qualifica de «interpretativas» as investigações que tomam em consideração esta dimensão na delimitação do objecto do estudo e nas opções metodológicas.

Este mesmo autor (1986, p. 120) sublinha a necessidade de se reconhecer que o sentido primeiro destas abordagens não se situa no plano dos procedimentos ou das técnicas, mas sim no do próprio objecto da análise e no dos postulados a ele ligados. Defende esta posição quando afirma que uma mesma técnica «qualitativa» pode ser utilizada em contextos paradigmáticos diferentes. Assim, a técnica de descrição narrativa pode ser empregada por um investigador positivista que exclui de forma sistemática qualquer recurso aos significados dados pelo actor às suas acções.

Em suma, Erickson interessa-se pelas metodologias qualitativas sobretudo de um ponto de vista epistemológico e ontológico, já que os aspectos técnicos não surgem senão em segundo lugar, à maneira de uma operacionalização de tomadas de posição face ao objecto de análise. Segundo este autor (1986, p. 120), o facto de uma investigação poder ser classificada «de interpretativa ou de qualitativa provém mais da sua orientação fun-

damental, do que dos procedimentos que ela utiliza. Uma técnica de pesquisa não pode constituir um método de investigação»<sup>1</sup>.

Com base nesta posição fundamental, ele identifica dois principais tipos de abordagens da investigação em educação: a abordagem positivista/behaviorista, abordagem que classifica de «standard», e a abordagem interpretativa. Considera estes dois tipos de abordagem como paradigmas, no sentido em que correspondem a postulados e a programas de investigação distintos. Autores como Evertson e Green (1986) insistem sobre as convergências que existem entre diferentes abordagens de observação e admitem a possibilidade de as combinar numa mesma investigação ou num mesmo programa de investigação. Erickson, por seu turno, afirma que existe descontinuidade e conflito entre as duas «famílias» de abordagens. Sustenta, ainda, que, apesar da rivalidade teórica e ontológica que existe entre os dois paradigmas, um não vem substituir o outro<sup>2</sup>. Actualmente, estes dois paradigmas, «o antigo e o novo, terão, antes, tendência a coexistir. (...) Os paradigmas não morrem, particularmente nas ciências sociais». (Erickson, 1986, p. 120).

Erickson reconhece, aliás, que existe uma falta de consenso no próprio seio do paradigma interpretativo em termos dos fundamentos e procedimentos específicos a adoptar na investigação. Afirma, ainda, que a sua descrição dos diferentes aspectos da investigação interpretativa não pretende representar o conjunto das posições dos investigadores que se afirmam dela partidários.

---

<sup>1</sup> O realce nos caracteres foi atribuído pelos próprios autores.

<sup>2</sup> É o sentido que Kuhn (1983, p. 32) dá às revoluções científicas nas ciências naturais a partir do momento em que uma ciência atinge a sua maturidade: «A passagem de um paradigma a outro por intermédio de uma revolução representa o modelo normal de desenvolvimento de uma ciência adulta.» Em período de crise, isto é, quando um paradigma, até então fértil ao nível da investigação, deixa de permitir solucionar um problema novo, um segundo paradigma pode entrar em competição com o anterior e substituí-lo, caso se mostre apto a fornecer uma solução a esse problema, solução essa que pressupõe igualmente uma nova perspectiva do mundo.

Antes de apresentarmos os paradigmas positivista e interpretativo tais como Erickson os descreve, demonstraremos que também a tese de uma *distinção dicotómica* entre estas duas «famílias» de abordagens não obtém consenso.

Assim, Matthew Miles e Michael Huberman (Maio de 1984, p. 20) convidam-nos a constatar o desvio que existe entre o nível do *discurso*, em que as abordagens qualitativas podem ser consideradas irreconciliáveis com as abordagens quantitativas, e o nível da *prática*, onde, porém, os investigadores combinam frequentemente as duas perspectivas. Com efeito, enquanto vários autores (Norris, 1983; Smith, 1983) consideram infundadas as pretensões de complementaridade entre abordagens quantitativas e interpretativas e equívocos os resultados obtidos pela combinação dos dois tipos de abordagem, uma análise das pesquisas efectuadas pelos investigadores que afirmavam pertencer a uma e outra perspectivas epistemológicas permite constatar que, na prática, são poucos os investigadores que *não* recorrem à combinação das duas.

Miles e Huberman (1984, p. 20) defendem igualmente a tese de um *continuum* metodológico entre qualitativo e quantitativo, recordando que metodologias neopositivistas (Crook e Campbell, 1979; Cronbach, 1975; Snow, 1974), que favoreciam, de início, as abordagens puramente quantitativas, vieram posteriormente a propor investigações que tomam em linha de conta os contextos do objecto e a dimensão interpretativa.

Por outro lado, a tese de uma distinção dicotómica entre qualitativo e quantitativo é atenuada pelo facto de a abordagem positivista, à semelhança da interpretativa, não poder ser considerada monolítica. É assim que Halfpenny (1982) identifica pelo menos 12 tipos de abordagens positivistas. Por outro lado, como o sublinham Miles e Huberman (1984, p. 20), certos investigadores utilizam uma abordagem qualitativa recorrendo a sistemas de inferência ou a procedimentos éticos que, em muitos aspectos, agradariam a não poucos investigadores neopositivistas.

É igualmente de notar que, no domínio da investigação qualitativa, certos investigadores se interessam pela sistemati-

zação dos métodos de registo, de tratamento e de análise dos dados por meios informáticos. A investigadora Renatà Tesch (1988), doutorada em Pedagogia, é disto um exemplo: fundou uma empresa, a Qualitative Research Management, onde actua como consultora junto de estudantes ou de investigadores não iniciados na abordagem qualitativa, a fim de os encaminhar nas diversas etapas de uma investigação. Oferece, para além disso, a sua experiência em programação (programas flexíveis de entradas/categorias fechadas e abertas) e na utilização do computador no tratamento e análise de dados qualitativos (que frequentemente se apresentam sob a forma de textos narrativos pormenorizados ou de resumos).

No âmbito da clivagem entre o discurso e a prática metodológica dos investigadores, Miles e Huberman (1984, p. 21) afirmam que «as duas abordagens de investigação, a neopositivista e a neo-idealista, representam um *continuum* epistemológico e não uma dicotomia». Esta tomada de posição é consonante com o seu empenhamento prático num esforço de clarificação dos critérios e dos métodos de análise dos dados qualitativos. Para eles, o debate sobre uma distinção paradigmática conduz à construção de barreiras que entravam a sua liberdade de movimentos e impede o progresso das questões metodológicas de ordem prática, com as quais os investigadores actualmente se defrontam.

Estamos, neste momento, em posição de examinar a *distinção dicotómica*, formulada por Erickson, entre os paradigmas positivista<sup>1</sup> e interpretativo, tendo em conta que esta posição é re-

---

<sup>1</sup> A origem do termo «positivismo» remonta a Augusto Comte (*Discours sur l'esprit positif*, 1844), considerado como o fundador da sociologia. Este formulara a *lei dos três estados*, ou das três idades, aplicada à história do espírito humano, ou seja, à sua evolução: a idade teológica, a idade metafísica e a idade positiva. Situava a sociologia no termo desta evolução e nela via «a última etapa da constituição de um sistema integral de todas as ciências existentes» (J. Herman, 1983, p. 10). O positivismo é uma postura filosófica e epistemológica que postula a possibilidade de um conhecimento «positivo» do mundo, na acepção de um conhecimento verdadeiro e totalmente objec-

lativizada pela de investigadores como Miles e Huberman, que preferem falar em termos de *continuum*. Recordemos que a distinção proposta por Erickson se baseia na sua concepção do objecto de análise.

## 1.2. OS PARADIGMAS POSITIVISTA E INTERPRETATIVO

No contexto do **paradigma positivista**, o objecto geral da investigação é concebido em termos de *comportamento*; o investigador, que utiliza categorias de classificação predeterminadas<sup>2</sup> para a observação destes comportamentos, «pressupõe uma uniformidade de relações entre a forma do comportamento e o seu significado, de modo que o observador pode reconhecer o significado de um comportamento sempre que este se produz» (Erickson, 1986, p. 132). Este postulado, decalcado do da «*uniformidade da natureza*», foi tomado de empréstimo às ciências

---

tivo, quer se trate do mundo social quer do mundo físico, donde a «importação» dos métodos das ciências naturais para as ciências humanas. É interessante verificar que, na sua acepção original, o positivismo corresponde a uma posição metodológica *indutivista*, isto é, que baseia a formulação das leis gerais sobre um processo de indução, ou de generalização, a partir de enunciados individuais de observação (empirismo radical), e que, actualmente, vários autores e investigadores, como Erickson, se opõem ao que apelidam de **paradigma positivista**, embora eles próprios defendam um método indutivo. O termo «positivista» é, por conseguinte, frequentemente utilizado fora do seu contexto de origem e serve, então, para designar, de modo global, um posicionamento metodológico considerado como tradicional ou «standard». Note-se, também, que o indutivismo foi expressamente criticado por Karl Popper (*La logique de la découverte scientifique*, 1984), que refuta o carácter lógico da indução e, daí, a sua pretensão de *fundar* um conhecimento geral ou universal (leis, teorias) e verdadeiro.

<sup>2</sup> Retomaremos este aspecto da metodologia na nossa análise do pólo técnico.

naturais pelos investigadores positivistas das ciências sociais e pressupõe que:

«os animais e os átomos manifestam *comportamentos* ("behave") de modo constante quando em circunstâncias idênticas. Além disso, o comportamento de uma pessoa dirigido para uma outra pode ser considerado como uma causa de mudança nesta última» (Erickson, 1986, p. 126).

Façamos um parêntese para apresentar a descrição que Herman (1983) oferece do positivismo em sociologia. Esta descrição virá esclarecer, assim o pensamos, a distinção feita por Erickson entre paradigma positivista/behaviorista e paradigma interpretativo. O positivismo reconhece que:

- o mundo social é inacessível na sua essência; só o mundo dos factos é cientificamente analisável (fenomenalismo);
- o mundo subjectivo, o da consciência, da intuição e dos valores, escapa, como tal, à ciência (objectivismo);
- a observação exterior, o teste empírico objectivo, é o único guia das teorias científicas, sendo a compreensão e a introspecção rejeitadas como métodos não passíveis de controlo (empirismo);
- a noção de lei geral encontra-se no centro do programa positivista, modelo simples e eficaz que justifica uma classe determinada de fenómenos (nomotetismo);
- o conhecimento das estruturas essenciais e das causas fundamentais e finais é ilusório. O sinal de um conhecimento verdadeiro é a sua capacidade de predizer acontecimentos que pertencem à esfera da pertinência das leis que ele estabeleceu (previsionismo) (Herman, 1983, p. 10).

Erickson afirma que a tomada de empréstimo, feita às ciências naturais, da sua concepção dos seres e do seu tipo de relação

foi acompanhada nas ciências humanas por uma exposição, ou representação, do objecto científico por meio de metáforas extraídas da mecânica, da física e da biologia. Foi assim que, dos anos 50 aos anos 70, duas metáforas principais orientaram a investigação positivista no campo da educação, especialmente naquilo que diz respeito à eficácia do ensino e do sistema escolar: «A metáfora da classe encarada como uma caixa skinneriana e a metáfora do sistema escolar e da sociedade como um agregado de elementos diferentes formando uma grande máquina» (Erickson, 1986, p. 126). Este investigador (1986, p. 131) associa igualmente, ao paradigma positivista, um modelo de explicação (pólo teórico) e de inquérito (pólo técnico) inspirados na investigação agrícola:

Pensa-se que o modelo agrícola pode ser aplicado nas investigações sobre a produtividade na educação. Nesta perspectiva, o docente, tal uma Mãe Natureza, fornece o adubo, a luz e a água que permitirão aos alunos desenvolverem-se como plantas.

Desde há cerca de quinze anos que os partidários deste tipo de investigação manifestam um interesse crescente pela medição da eficácia do ensino. De um ponto de vista teórico, este tipo de investigação postula «que aquilo que é comum às classes vai emergir dos diferentes estudos e que as variações subtis entre classes são insignificantes e serão eliminadas durante a análise onde serão tratadas como erro de variância» (Erickson, 1986, p. 131).

Partindo do postulado da uniformidade da vida social através dos comportamentos e seus significados, a investigação positivista descrita por Erickson é do tipo *nomotética*, isto é, visa a descoberta e a verificação de leis gerais; o individual é considerado sem interesse e não significativo em si mesmo.

Erickson não aplica somente a sua definição do paradigma positivista às investigações que utilizam um modelo experimental, ou quase-experimental, cujo objectivo imediato é o de avaliar os resultados de um *tratamento* em termos de eficácia; ele alarga

a aplicação do termo positivista também a determinadas investigações que, no entanto, utilizam ao nível do pólo técnico métodos de investigação mais «*naturalistas*» (pouca ou nenhuma intervenção no meio «natural») tais como os estudos de casos com base na observação participante ou na observação sistemática por meio de grelhas de categorias (comportamentos) predefinidas. Com efeito, é possível que tais investigações «não ultrapassem, contudo, os limites do paradigma das ciências naturais aplicado à investigação no campo da educação, com o seu postulado da uniformidade da natureza na vida social» (Erickson, 1986, p. 131)

No contexto do paradigma interpretativo, o objecto de análise é formulado em termos de acção, uma acção que abrange «o comportamento físico e ainda os significados que lhe atribuem o actor e aqueles que interagem com ele. O objecto da investigação social interpretativa é a acção e não o comportamento» (Erickson, 1986, p. 127). Face ao objecto acção-significado («*meaning-in-action*»), o investigador postula uma variabilidade das relações entre as formas de comportamento e os significados que os actores lhes atribuem através das suas interacções sociais. Em suma, comportamentos idênticos de um ponto de vista físico podem corresponder a significados diferentes e mutantes de uma perspectiva social, como é o caso dos comportamentos que manifestam a identidade social, o papel ou o estatuto dos actores numa classe ou numa escola<sup>1</sup>. O trabalho do investigador centra-se nesta variabilidade das relações comportamento/significado e visa, ao nível do pólo teórico, a descoberta «de esquemas específicos da *identidade social* de um dado grupo» (Erickson, 1986, p. 132).

A uniformidade do real social não seria, portanto, senão aparente, e é em função de um princípio de realidade, implícita e bastante útil ao bom andamento da vida quotidiana, que nós

---

<sup>1</sup> Erickson fornece como exemplo de variável comportamental «tempo devotado à tarefa», que pode corresponder a significados muito diferentes consoante os sujeitos observados e os seus contextos.

fazemos *como se* a uniformidade fosse uma propriedade do próprio mundo humano. Erickson (1986, p. 126) não concebe a uniformidade do mundo como uma categoria ontológica, mas sim como uma categoria epistemológica, dado que ela não pertence à esfera do objecto mas do espírito que *constrói* o seu conhecimento ao interpretar o mundo como se este fosse estável e uniforme. A uniformidade da vida social, ou seja, das crenças e das concepções relativas à acção, surge então como a transmissão cultural de um conjunto de interpretações comuns a um grupo humano:

Os seres humanos, pela sua *cultura*, apreendem sistemas de atribuição de significado e, face a situações particulares de acções humanas, parecem muitas vezes ter criado interpretações similares. Mas estas semelhanças superficiais escondem uma diversidade subjacente (Erickson, 1986, p. 126).

O postulado da interpretação desempenha o papel de um duplo princípio de causalidade: ao nível geral, os seres humanos constroem um *conhecimento* da natureza e dos outros humanos graças a este processo de interpretação e, a um nível especificamente social, essas interpretações de nível geral conduzem os seres humanos a empreender determinadas *acções*.

Deste modo, a natureza da *causa* na sociedade dos homens torna-se muito diferente da natureza da causa nos mundos físico e biológico. O mesmo sucede com a uniformidade das acções sociais reproduzidas. Uma vez que estas acções se enraizam em opções de significados, elas estão sempre abertas tanto a novas interpretações como à mudança (Erickson, 1986, p. 127).

Estes postulados ontológicos e epistemológicos ligados ao paradigma interpretativo «tornam a atribuir ao *espírito* um lugar de relevo, à semelhança do que ele ocupa actualmente na psi-

ciologia cognitiva» (Erickson, 1986, p. 127). Reconhecer que o espírito corresponde a um nível de realidade do mundo e que deve ser tido em conta no objecto científico a construir é aqui do domínio de um postulado ontológico denominado dualista.

Do ponto de vista da filosofia, existem três principais posturas ontológicas: uma postura materialista, que só reconhece como realidade o mundo material, uma postura dualista, segundo a qual a realidade do mundo é simultaneamente material e espiritual, e uma postura espiritualista que só confere o estatuto de realidade do mundo ao espírito. Esta última, obviamente, só poderá ser consonante com uma corrente científica que admita a observação de fenómenos empíricos.

Enquanto a investigação científica positivista descrita por Erikson se insere num postulado ontológico materialista, a investigação interpretativa baseia-se num postulado dualista, dando valor aos comportamentos observáveis, conquanto relacionados com significados criados e modificáveis pelo espírito.

Na investigação em educação, os postulados do paradigma interpretativo traduzem-se por problemáticas fundamentalmente diferentes daquelas que são formuladas no âmbito do paradigma positivista. É assim que, em vez de se interrogar sobre quais os comportamentos dos docentes que poderão ser postos, de maneira positiva, em correlação com resultados obtidos pelos estudantes em testes de desempenho, o investigador questionar-se-á, por exemplo, sobre quais os significados que os alunos e os docentes poderão criar em conjunto para originar aprendizagem (Erickson, 1986, p. 127). A investigação incidirá, então, sobre o modo como se desenvolvem e mantêm estes sistemas de significado e não sobre os comportamentos observáveis.

A «criação-de-significado» («sense-making») pelos actores, centro de interesse das problemáticas interpretativas, remete para uma dimensão *social* fundamental que corresponde, em investigação, a uma tomada em conta da «relação entre as perspectivas dos actores e as condições ecológicas da acção na qual se encontram implicados» (Erickson, 1986, p. 127). Erickson convida também os investigadores a estudar os significados pro-

duzidos pelos actores, colocando-os em relação com dois níveis do contexto social de produção: o nível *imediató* (proximal) e o nível *afastado* (distal).

O investigador pode considerar o contexto social *imediató* na sua forma espacial e na sua forma temporal. No plano *espacial*, os significados variam em função dos grupos específicos de indivíduos que, pelo conjunto das suas interacções, partilham «determinadas compreensões e tradições próprias deste meio, uma microcultura (...) que difere de um grupo-classe para outro» (Erickson, 1986, p. 128).

No plano temporal, os significados são construídos e incessantemente reconstruídos em tempo real: «A vida está em constante renovação, mesmo nos acontecimentos quotidianos mais repetitivos» (Erickson, 1986, p. 129).

Ao nível do contexto social mais *afastado*, é necessário ter em consideração que os significados possuem uma história, isto é, que eles podem estar ligados, na origem, a uma cultura mais vasta do que aquela do meio *imediató*; esta cultura é definida, em termos cognitivos, como uma aprendizagem de normas que guiam as percepções, as convicções, as acções e a avaliação das acções dos outros. Os significados que os sujeitos criam podem, igualmente, ser influenciados pela sua percepção das vantagens ou dos obstáculos ligados a um contexto social mais vasto do que o das suas relações *imediatas* com os outros actores do mesmo grupo.

Erickson (1986, p. 120) identifica três principais campos de interesse, pertinentes em relação à investigação interpretativa no campo da educação:

1. a natureza da sala de aula como um meio social e culturalmente organizado para a aprendizagem;
2. a natureza do ensino como um, mas somente *um*, aspecto do meio da aprendizagem;
3. a natureza (e o conteúdo) das «perspectivas-significados» do docente e do discente como componentes intrínsecos do processo educativo.

Este investigador (1986, pp. 121 e 122) é de opinião que problemáticas formuladas a partir de tais centros de interesse permitiriam produzir conhecimentos passíveis de preencher as seguintes necessidades:

- a necessidade de contar com a *invisibilidade da vida quotidiana*. Com efeito, o quotidiano escapa-se-nos frequentemente por ser demasiado familiar ou por apresentar contradições que o tornam difícil de enfrentar. A investigação interpretativa permite um distanciamento ao tornar estranho aquilo que é familiar e ao explicitar o que está implícito: «O lugar-comum transforma-se em problemática»;
- a necessidade de compreender situações particulares por meio de uma documentação baseada em *por menores concretos da prática*;
- a necessidade de ter em consideração os *significados* que os acontecimentos adquirem para as pessoas de um dado meio: «Acontecimentos aparentemente idênticos podem possuir significados diferentes consoante os meios ("local meanings")»;
- a necessidade de compreender, de modo comparativo<sup>1</sup>, *diferentes níveis*<sup>2</sup> de uma mesma organização social (de ensino/de aprendizagem). A compreensão de uma organização estudada a nível local pode ser desenvolvida pelo estabelecimento de uma relação com elementos (dessa mesma organização) pertencentes a um

---

<sup>1</sup> A resposta a esta necessidade traduz-se ao nível do pólo técnico da metodologia de investigação pela selecção de um modo de investigação denominado «comparação» ou «estudo multicasos» (ver capítulo 4).

<sup>2</sup> Erickson (1986, p. 143) afirma que: «In fieldwork, one never considers a single system level in isolation from other levels; that is a basic feature of the sociocultural theory from which participant observational methods derive». («No trabalho de campo, nunca se examina um nível do todo isolado dos outros níveis; esta é uma característica básica da teoria sociocultural, da qual derivam os métodos de observação participante»). Como se pode ver, ele inspira-se numa abordagem sistémica.

nível mais alargado de realidade que vai permitir, deste modo, identificar as suas condições «contextuais» de existência:

A investigação interpretativa expõe a organização particular do ensino e da aprendizagem numa sala de aula e, simultaneamente, a realidade das pressões externas que se exercem sobre essa organização. Os dois níveis da organização devem estar, teórica e empiricamente, imbricados (Erickson, 1986, p. 138);

- a necessidade de compreender uma *organização local para além das suas condições particulares* ("local setting") de existência, por meio da sua comparação com outras entidades locais similares; será, então, possível «fazer a distinção entre os traços aparentemente característicos de um meio e os seus traços autenticamente característicos».

Erickson, contudo, observa que existe por parte dos investigadores uma certa ausência de interesse pelas problemáticas centradas na acção e nos seus significados para os actores. Em sua opinião (1986, pp. 124 e 125), três factores explicariam este desinteresse:

1. as próprias pessoas que produzem e partilham certas perspectivas («meaning-perspectives») interessantes são negligenciadas pelos investigadores devido ao facto de serem consideradas membros da sociedade com relativamente pouco poder. Este é o caso dos docentes e dos estudantes das escolas públicas;
2. os significados atribuídos às acções são, na maior parte das vezes, implícitos e inconscientes naqueles que os produzem, o que provoca dificuldades metodológicas ao investigador; e

3. estes significados não são considerados de interesse fulcral do ponto de vista teórico, precisamente por serem subjectivos: ou o investigador lhes atribui um papel periférico face a um outro pólo de interesse, ou eles são tidos como essencialmente não pertinentes.

Retomando a distinção entre paradigma positivista e paradigma interpretativo no campo da investigação sobre a eficácia do ensino, Erickson ilustra esta diferença socorrendo-se da metáfora do jogo de xadrez. Ele compara entre si as diferentes concepções destes dois paradigmas a respeito dos programas de estudo e dos objectivos (o tabuleiro), do estatuto dos docentes e dos estudantes (as peças do jogo) e das regras que regem as relações sociais (as regras do jogo). Assim, enquanto que, no paradigma positivista, a investigação pressupõe uma padronização a estes três níveis, a investigação interpretativa reconhece e procura desvendar a variabilidade oculta pela uniformidade oficial e «superficial» das componentes do jogo:

O grupo-classe é, com efeito, um universo social fundamentalmente diferente do universo estável, imutável e unidimensional postulado pela investigação positivista sobre o ensino. (...) O grupo-classe deverá, antes, ser representado como um jogo de xadrez a várias dimensões, um jogo que, de um momento para outro e de um dia para outro, se enche de paradoxos e de contradições. É preciso encarar a classe e o ensino como o jogo da vida real (Erickson, 1986, p. 133).

Vimos, até aqui, e sobretudo por meio de referências a textos de Erickson, que determinados investigadores insistem em enquadrar as abordagens qualitativas num contexto paradigmático denominado «interpretativo». Pretendemos terminar a nossa apresentação do paradigma interpretativo realçando não tanto a sua oposição ao paradigma positivista como a sua continuidade relativamente ao saber de senso comum.

Léon Bernier (1987, p. 14), investigador no Institut Québécois sur la Culture, sustenta que a abordagem interpretativa, ou *compreensiva*, parte «do postulado ou, antes, da íntima convicção segundo a qual não existe melhor porta de entrada para as realidades humanas e as práticas sociais do que as interpretações que os seres humanos formulam». Este investigador (1987, p. 11) afirma que:

a melhor forma de basear ou de rebasear o conhecimento das realidades sociais seria a de partir dos saberes do senso comum que todos os indivíduos possuem relativamente à sua própria realidade, à sua própria história e ao seu próprio local de inserção no campo social.

Esta posição não subentende uma ruptura radical mas antes uma continuidade entre o saber de senso comum, o «campo doxológico» segundo os termos de De Bruyne *et al.* (1975), e o saber científico. Bernier (1987, p. 9), que retoma a posição hermenêutica de J. Molino (1985), não deixa, contudo, de observar que:

o principal problema que as ciências humanas têm de enfrentar não é uma questão de ter de interpretar, isto é, de serem confrontadas com a questão do sentido; é-o, sim, a de proceder como se o sentido não existisse ou, seja, como se os factos sociais fossem coisas.

Reconhecemos, nesta afirmação, a recusa de uma postura ontológica materialista. Os factos sociais não são «coisas», mas *sim* interpretações criadas pelos seres humanos relativamente às coisas, aos outros seres humanos e às relações entre estes últimos.

O investigador Maurice Legault (1989) insiste, por seu turno, na anterioridade do processo de objectivação da experiência pelos sujeitos relativamente ao próprio processo de investigação ou, seja, ao processo de objectivação pelo investigador. Aquando da realização de uma investigação de orientação fenomenoló-

gica, ele teve em consideração a relação entre o significado pessoal atribuído pelo sujeito à sua experiência e a formulação dos seus dados de pesquisa.

Assim, um desenho realizado no seguimento de uma vivência, bem como o texto correspondente anotado no diário foram inicialmente apresentados como fazendo parte de um processo pessoal de exploração da sua própria relação com a natureza. É, por assim dizer, numa segunda fase que os resultados dessa iniciativa são integrados na investigação, naquela perspectiva de que a melhor maneira de o participante trazer um contributo de qualidade à investigação é a de ter presente o seu processo pessoal (Legault, 1989, p. 55).

Fernand Gauthier adopta a definição do termo «qualitativo» dada por Jerome Kirk e Marc Miller (1986) e sublinha o carácter de *proximidade* entre o investigador e os participantes na investigação qualitativa centrada na construção de sentido. Esta proximidade manifesta-se tanto no plano físico (o *terreno*) como no simbólico (a *linguagem*):

A tradição de investigação qualitativa, em ciências sociais, consiste essencialmente em estudar e em interagir com as pessoas no seu terreno, através da sua linguagem, sem recorrer a um distanciamento que levaria ao emprego de formas simbólicas estranhas ao seu meio (Gauthier, 1987, p. 32).

Nesta última afirmação, o leitor terá reparado que Gauthier fala da investigação qualitativa em termos de «tradição». Neste contexto, parece-nos, pois, pertinente abordar o estudo das metodologias qualitativas sob o prisma do seu *desenvolvimento histórico*. Tentaremos, então, destacar as diversas *linguagens* que tiveram, e têm ainda, um papel de relevo ao nível da instância epistemológica destas metodologias.